



RELATÓRIO DO PROGRAMA IACOBUS

Fábio Ribeiro

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

Universidade do Minho

fabio.ribeiro@ics.uminho.pt

Rádios comunitárias na Galiza e em Portugal, o ruído e o silêncio: contraste de experiências na emergência de novos desafios sociais

Este relatório resulta da observação da atividade das rádios comunitárias e livres¹ que atualmente se verificam no Norte de Portugal e na Galiza, a partir de uma estadia de duas semanas na Universidade da Corunha. Deste modo, o plano de trabalhos organizou-se a partir de três pontos: 1) breve contextualização teórica sobre rádios comunitárias e livres e identificação das suas potencialidades e debilidades; 2) observação do panorama deste setor mediático, abordando conteúdos emitidos, dinâmicas sociais e modelos de gestão, através de entrevistas a responsáveis da Cuac FM (Corunha) e Radio Filispim (Ferrol); 3) proposta de reformulação de práticas para os meios comunitários na Galiza e Norte de Portugal.

Comunidades de som

A primeira experiência de rádio comunitária terá ocorrido durante uma longa greve de trabalhadores rurais na Bolívia, na década de 40, contudo, as referências mais consensuais remontam à emergência das rádios livres ou piratas na Europa da década de 70 (Kaplún, 1990). Favorecendo uma programação interativa, sem ânimo lucrativo, incentivam manifestações culturais e democratizam o poder de comunicar, em emissões FM de raio geográfico reduzido, entre 1 a 5km (Peruzzo, 1998), contribuindo para uma sustentabilidade sociológica (Portela, 2006) essencial para o progresso em áreas como a saúde pública, expressão cultural, justiça ou economia local (Cammaerts, 2009). Esta 'rádio participada' tornou-se popular pela necessidade sentida de fugir a comentadores, interesses instalados ou ao sensacionalismo fútil, em "sintonias amigas" (Perona, 2009).

Da singularidade do caso galego ao silêncio em Portugal

Em 2006, foi criada a Rede Galega de Rádios Livres e Comunitárias (REGARLIC), uma porta aberta para a promoção da cidadania galega, "fugindo aos consensos ideológicos promovidos pelas grandes emissoras, articulando programas que dão atenção a inquietações ou géneros musicais excluídos dos média tradicionais", conforme explicava Eduardo Maragoto, membro da rede, em entrevista ao jornal *Novas da Galiza*². Neste sentido, a Tabela 1 oferece uma descrição destas emissoras:

¹ As rádios comunitárias, por filosofia própria, não têm qualquer ligação ao mercado publicitário, pelo que a gestão de verbas se realiza apenas por donativos e contribuições entre membros, sócios e interessados pelo projeto. As rádios livres ou piratas utilizam a publicidade para financiar a sua atividade.

² Na edição nº 83, publicada a 11 de novembro de 2009

	<i>A Kalimera</i>	<i>Cuac FM</i>	<i>Radio Clavi</i>	<i>Rádio Filispim</i>	<i>Radio Piratona</i>	<i>Radio Ronkudo</i>
Localidade	Santiago de Compostela	Corunha	Lugo	Ferrol	Vigo	Corme
Frequência	107.9 FM	103.4 FM	103.0 FM	93.9 FM	106.0 FM	106.1 FM
Emissão	Contínua	Contínua	Contínua	Contínua	Descontínua	Contínua
Transmissão	FM Streaming	FM Streaming	FM	FM Streaming Apps	FM Stream	FM
Projetos sociais	<i>Festa Hortera Proyecto Cárcere</i>	<i>La Resistance Isto é Galego Encuentro 14 Los jóvenes y el tercer sector de la comunicación en España</i>	<i>Festa Hortera</i>	<i>OPAíí (Ondas Para Activazom da Informazom Independente)</i>	----	----
Espaços online	Site Facebook	Site Facebook Twitter Google +	Blogue	Blogue Facebook	Site Facebook Twitter	----

Tabela 1 – Caracterização genérica das emissoras galegas da REGARLIC.

Quanto à ligação das rádios às redes sociais, o seguinte gráfico identifica posturas distintas:

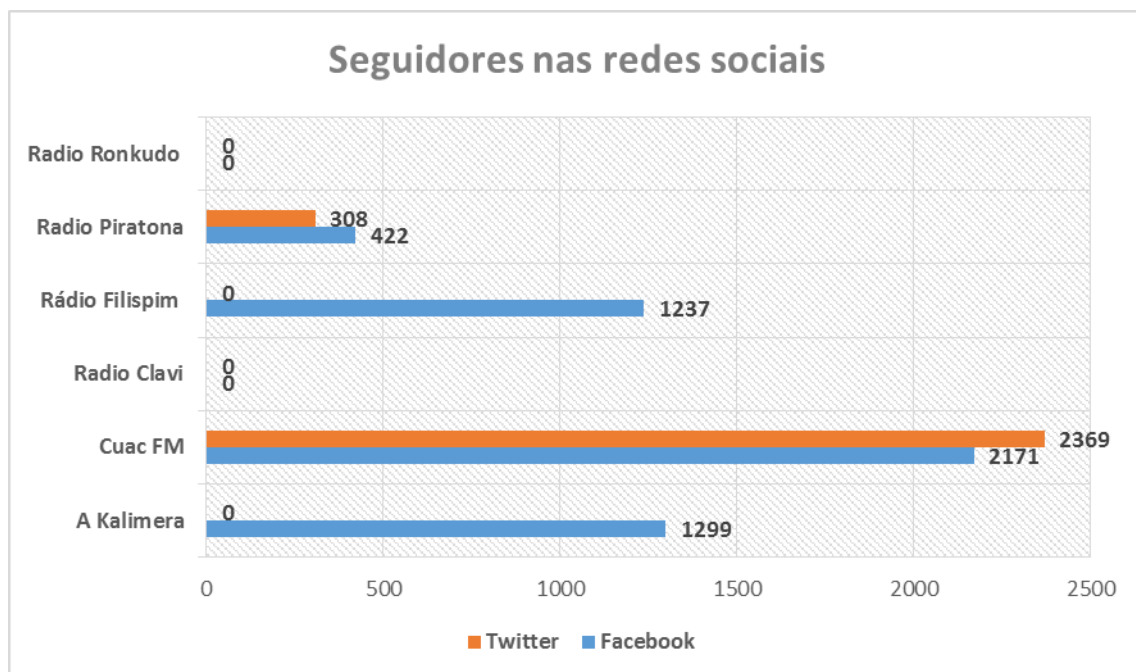


Gráfico 1 – Número de seguidores nas redes sociais das emissoras analisadas [a 30 de junho 2015].

Relativamente aos programas, as emissoras optam pela informação (local, desportiva) e cultura (teatro, música, literatura), e por idênticos processos de gestão, através de uma administração popular, em que os sócios utilizam as quotas anuais para participar na rádio. Contudo, assinalemos algumas particularidades: a Rádio Filispim é a que melhor disponibiliza os conteúdos áudio online (podcast, arquivo); a Cuac FM é a que melhor se apresenta nas redes sociais; a Rádio Piratona é a mais antiga, a emitir desde 1988 e a Rádio Ronkudo é praticamente inexistente no universo online e digital.

Para compreender melhor este tema, entrevistou-se uma das coordenadoras de programas da Cuac FM. Isa Lema considera que estas emissoras galegas atuam por “desobediência civil” contra a Xunta da Galiza e o Governo espanhol, uma vez que está consagrada por lei a obrigação de atribuir licenças aos meios comunitários. Por outro lado, explica alguns aspetos diferenciadores da Cuac FM: promoção da língua galega; informação local; sentimento de pertença a um grupo, através de uma quota de sócio anual de 24€, que permite a qualquer cidadão ter uma voz ativa na rádio. “Não temos ninguém da comunicação, mas temos estudantes de engenharia, sociologia ou educação. Muitos fazem trabalhos académicos para melhorar as condições técnicas da emissão da rádio, por exemplo. É esta sinergia de interesses que dá mais força à Cuac FM”, concluiu.

Também em entrevista, André Pastor, da Rádio Filispim, sublinhou a importância “decisiva” que as redes sociais operam hoje em dia para garantir mais audiências, tornando a marca da rádio conhecida no contexto digital. Pastor reforça ainda que os meios de comunicação comunitários devem promover ações de cidadania e de divulgação de grupos culturais.

A comparação com o Norte de Portugal não poderia ser mais dramática. Depois da legalização das rádios locais em 1989, as emissoras livres desapareceram por todo o país, contrariando a atividade intensa de finais dos anos 70 e da década de 80. A Lei da Rádio, alterada em 2010, continua a não excluir as rádios comunitárias e a recente conjuntura económica asfixiou ainda mais as rádios locais (Costa e Silva, 2014).

Ainda assim, a primeira comunitária FM em Portugal surgiu precisamente no norte do país, no Porto, em setembro de 2011, com a Rádio Manobras, que não tem emissão contínua mas que pretende “vasculhar a cidade. E vasculhar é também ajudar-te a vasculhar. Estamos aqui para operacionalizar, ensinar e apoiar quem quer fazer rádio, quem precisa de fazer rádio”. Contudo, é no online onde existem algumas experiências de comunitárias: a Rádio Zero (Lisboa) e a recentemente extinta (janeiro de 2014) Rádio Ás (Aveiro), que, de forma inovadora, ligava as comunidades de Aveiro, Santa Cruz (Cabo Verde) e São Bernardo do Campo (Brasil), para reforçar a identidade comunitária e valorizar a tradição (Oliveira, 2014).

Do diagnóstico à formulação de propostas

Inspirado pelo ponto 4.1.2 do Plano Investimentos Conjuntos da Euro-Região Galiza-Norte de Portugal, relativo a “programas de dinamização e criação de estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base local lideradas pelas respetivas comunidades” (p. 75), este plano sugere a adoção de algumas práticas em ambos contextos.

Na Galiza, o desafio urgente consiste na concretização da atribuição de licenças aos meios comunitários, uma situação prevista pela lei. Em Portugal, o caminho ainda está por se fazer. Por isso, Isa Lema sugere três condições: uma base social sólida que suporte a criação de rádios comunitárias e livres; uma comunidade de referência da rádio; a promoção de competências comunicativas e tecnológicas dos

membros da rádio. Para André Pastor, deve “dar-se valor aos meios de comunicação comunitários, como promotores da cidadania local, com informação própria”.

Numa perspetiva comum às duas regiões, os agentes políticos deveriam considerar alterações na Lei da Rádio, permitindo a dinamização de rádios comunitárias FM. O trabalho de investigadores e académicos em busca de soluções e propostas de adequação legislativa nunca foi tão necessário como agora. A possibilidade de dinamização de rádios comunitárias com emissão exclusiva online poderá ser um tubo de ensaio para a criação de conteúdo sobre e para comunidades, pelo que a sociedade civil e as instituições políticas, de ensino e investigação, dispõem de especial responsabilidade para a sensibilização dos cidadãos para estes projetos comunicativos.

Referências bibliográficas

Cammaerts, B. (2009) ‘Community radio in the west: A Legacy of Struggle for Survival in a State and Capitalist Controlled Media Environment’, *The International Communication Gazette*, vol. 71, nº 8, pp. 635–654.

Costa e Silva, E. (2014) Rádios locais: concentração e regulação in Reis, A.; Ribeiro, F.; Portela, P. (2014) *Das Piratas à Internet: 25 anos de rádios locais*, pp. 43-59.

Kaplún, M. (1990) *Comunicación entre grupos*, Buenos Aires: Hvmánitas.

Oliveira, M. (2014) *Colónias de som: O papel da rádio na expressão sonora das lusofonias*, Colonialismos, Pós-Colonialismos e Lusofonias – Atas do IV Congresso Internacional em Estudos Culturais, Aveiro, Programa Doutoral em Estudos Culturais (UM e UA), pp. 50-55.

Perona, J. (2009) *Información radiofónica y libros de estilo: análisis y propuestas de unos textos que claman renovación*, Estudios sobre el mensaje periodístico, nº15, pp. 367-384.

Peruzzo, C. (1998) *Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil*, in BOCC - Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, [<http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>]

Portela, P. (2006) *Rádio na internet em Portugal: a abertura à participação num meio em mudança*, Dissertação de mestrado, Braga: Instituto de Ciências Sociais.